

NECROPOLÍTICA: ESTADO, VIOLÊNCIA E COVID-19

NECROPOLITIC: STATE, VIOLENCE AND COVID-19

Érico Ariano Gaio^{*†}

RESUMO

Este artigo é fruto de um exercício de análise das relações entre o Estado brasileiro e a população negra, utilizando o conceito de necropolítica de Achille Mbembe. Algumas implicações desse conceito para a compreensão da Teoria Geral do Estado serão realçadas, como, particularmente, sua contribuição para a tese de que essa (a TGE) sofre um processo de degenerescência. A partir da biopolítica, ou seja, das técnicas de submissão dos corpos, o Estado divide os grupos e, a partir da necropolítica, promove o massacre daqueles grupos de indivíduos que o Estado considera que podem morrer. O racismo é uma dessas ferramentas usadas pelo Estado como forma de determinar quem pode viver ou não, o que coloca como alvo, dessa política, os negros. Seja nos Estados Unidos ou no Brasil, a população afrodescendente é a mais atingida pela política genocida idealizada pelo Estado e exercida pelos agentes de segurança do Estado. A necropolítica ficou ainda mais evidente durante a pandemia causada pelo novo Coronavírus (Covid-19): negros são os que mais adoecem e morrem. Ou seja, a vulnerabilidade negra, no Brasil, é uma necropolítica e é isso que esse artigo pretende demonstrar. Além disso, este artigo considera pertinente a crítica que Gabriel Miranda faz a Mbembe, por considerar limitada sua análise sobre a abrangência da necropolítica ao neoliberalismo. Conclui-se que, para o fim da política da morte, torna-se necessidade fundamental a extinção do próprio Estado capitalista.

PALAVRAS-CHAVE

Necropolítica – Teoria Geral do Estado – Segurança pública – Covid-19.

SUMÁRIO

Introdução. 1. Necropolítica: um poder do Estado. 2. Necropolítica Contemporânea ou Contemporaneidade Necropolítica. Conclusão. Referências.

REFERÊNCIA: GAIO, Érico Ariano. Necropolítica: Estado, Violência e Covid-19. *Res Severa Verum Gaudium*, v. 6, n. 1, Porto Alegre, p. 123-140, jun. 2021.

ABSTRACT

This paper is the result of an analysis exercise of the relations between the Brazilian State and the black population, using the concept of necropolitics by Achille Mbembe. Some implications of this concept for the understanding of the General Theory of the State will be highlighted, such as, particularly, its contribution to the thesis that it (TGE) undergoes a process of degeneration. From biopolitics, that is, from the techniques of submission of bodies, the State divides groups and, from necropolitics, promotes the massacre of those groups of individuals that the State considers may die. Racism is one of those tools used by the State as a way to determine who can live or not, which targets blacks in this policy. Whether in the United States or Brazil, the Afro-descendant population is the most affected by the genocidal policy idealized by the State and carried out by State security agents. Necropolitics became even more evident during the pandemic caused by the new Coronavirus (Covid-19): blacks are the ones who get sick and die the most. In other words, black vulnerability in Brazil is a necropolitics and that is what this article intends to demonstrate. In addition, this article considers Gabriel Miranda's criticism of Mbembe pertinent, considering that his analysis of the scope of necropolitics to neoliberalism is limited. It is concluded that, for the end of the policy of death, the extinction of the capitalist State itself becomes a fundamental necessity.

KEYWORDS

Necropolitics – Theory of the State – Public Security – Covid-19.

^{*}Discente do curso de Direito da Universidade São Paulo.

[†]*Nota do autor:* Agradeço, primeiramente, ao Prof. Dr. Sebastião Tojal, pelas aulas inspiradoras sobre a Teoria do Estado e sua degenerescência, à Laís que ministrou as monitorias que complementam o estudo dado em aula e, por último, à Profa. Dra. Heloisa Afonso Ariano, por ter me acompanhado, com a leitura, correções e novas ideias, em todas as etapas desse artigo.

INTRODUÇÃO

Em 19 de junho de 2021, o Brasil alcançou a triste marca de 500 mil mortes causadas pela Covid-19, um a cada 425 brasileiros foram levados pela doença³, colocando o país na 2ª colocação em números absolutos, atrás apenas dos Estados Unidos.⁴ Há pouco mais de um ano, outro evento também ganhou relevância internacional: o assassinato do norte-americano afrodescendente George Floyd por um policial e as consequentes manifestações que se espalharam pelo mundo. A vulnerabilidade e a violência contra as populações negras também entraram em foco. A pandemia acirrou o debate do caráter dramático e trágico da desigualdade sob o viés racial. Se antes, os negros já eram os mais atingidos pela pobreza, pela baixa escolarização, pela moradia precária ou pela falta dela, menores salários e menor tempo de vida⁵, agora, eles foram os mais atingidos pela Covid-19. A fome, a pobreza e a precariedade se intensificaram. A população negra apresenta maiores números de casos e de mortes, sendo as causas, principalmente, sociais.

Se antes a população negra morria, principalmente, em decorrência de homicídio⁶, por exemplo, em confronto com policiais, funcionários do Estado, hoje, durante a pandemia, eles morrem em decorrência da deficiência do sistema público de saúde e pela má gestão do governo em relação à pandemia. Assim, seja em tempos de “paz” ou de crise sanitária, os pretos são mortos pela política assassina do Estado, denominada, por Achille Mbembe, de necropolítica.

Nessa perspectiva, esse trabalho visa, inicialmente, apontar os principais conceitos da obra *Necropolítica*, do filósofo camaronês Achille Mbembe, apresentando as diversas associações que o autor faz com outros autores e as realidades relacionadas a esses conceitos. Não há, aqui, a preocupação de apresentar uma nova definição para o termo necropolítica, apenas uma análise descritiva da obra. Na sequência, o artigo foca em apontar para o processo de degenerescência da Teoria Geral do Estado, afinal, assim como defende o professor Sebastião Tojal, essa teoria não sofre de um problema de desenvolvimento científico, mas sim

BRIDI, Sônia. 500 mil mortos por Covid: de cada 425 brasileiros, um foi levado pela pandemia. *GI*, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/06/20/500-mil-mortos-por-covid-de-cada-425-brasileiros-um-foi-levado-pela-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

⁴RITCHIE, Hannah et al. *Coronavirus (COVID-19) Deaths*. Our World in Data, 2021. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-deaths>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

⁵INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2019*. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

⁶INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência 2020*. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

de uma inadequação de seus paradigmas e conceitos à realidade hodierna.⁷ A obra do camaronês, por sua vez, alicerça a análise ao apresentar contextos que colocam em xeque suas definições. Por fim, o objetivo é mostrar que o conceito de necropolítica permite ver a relação entre o Estado capitalista e as populações negras como um projeto de extermínio a partir de um critério biológico: a noção de raça.

Desse modo, este artigo procura contribuir com a ideia de que há uma degenerescência do paradigma da Teoria Geral do Estado, além de poder contribuir para o entendimento do porquê as pessoas negras morrem no contexto de suas relações com o Estado, especificamente, no Brasil, em momentos de crise sanitária ou não. Se a obra de Mbembe consegue explicar porque negros morrem mais pela ação dos agentes de segurança pública, por que não explicaria a causa de morrerem mais de Covid-19? Por esse motivo a obra também subsidia a análise a respeito da doença. Ainda, o objetivo é procurar entender se essa realidade de massacre dessa população se enquadra dentro da definição do autor camaronês e se o fim dessa política da morte exigiria necessariamente o fim apenas da política neoliberal ou do capitalismo como um todo.

A metodologia adotada, por fim, foi a consulta à obra Necropolítica, apresentando-se uma espécie de leitura analítico-crítica, em seguida, a utilização do conteúdo da obra para questionar definições específicas da Teoria Geral do Estado e, por fim, a instrumentalização do conceito da necropolítica para analisar fatos e dados da realidade da população negra brasileira apresentados pelos jornais e em pesquisas do IBGE e do IPEA.

1 NECROPOLÍTICA: UM PODER DO ESTADO

A necropolítica é o poder do Estado de decidir quem vive ou morre, colocado em prática. Faz parte do poder do Estado, no sistema capitalista, estabelecer a divisão da população em grupos que devem morrer ou que devem viver.⁸ A necropolítica, segundo Mbembe, determina os limites da soberania, é a máxima expressão da soberania do Estado. Se definirmos soberania como “*atributo que confere supremacia política e jurídica ao Estado dentro do seu território*”⁹, a necropolítica se torna um poder no qual o Estado, a partir do sistema político e jurídico, tem supremacia na decisão de quem vive e quem morre, dentro do território, sem

⁷TOJAL, Sebastião. *Teoria Geral do Estado*: elementos de uma nova ciência social. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

⁸MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

⁹RANIERI, Nina. *Teoria do Estado*: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2013, p. 84.

interferência de outros Estados. Se biopoder, conceito foucaultiano, é o poder, a força emanada pelo Estado de exercer o controle biológico sobre os corpos humanos¹⁰, a necropolítica é uma dessas formas de controle: técnicas da biopolítica para segregar os corpos humanos e promover a morte daqueles que podem morrer.

Achille Mbembe ainda explora a concepção de soberania da “*teoria normativa da democracia*”. Segundo ele, a teoria tradicional procura defender a ideia de que a soberania é guiada pela razão humana e que exerceria um tipo de “autolimitação”, ou seja, que o povo teria autonomia para seguir às leis que ele mesmo cria. Soma-se a isso, Mbembe se ocupa em mostrar o que ele chama de a “*destruição material de corpos humanos e populações*”, específico da necropolítica. Esse poder de escolher quem morre e quem vive, dentro do espectro da soberania do Estado, evidencia como, na realidade, a soberania não é um projeto de criação de autonomia e “autolimitação”, como defende a teoria normativa tradicional, mas sim, ela se expressa na divisão e aniquilação de corpos. A análise de Mbembe diverge da definição de soberania específica da teoria normativa da democracia, apontando para certa dissolução paradigmática.

Achille Mbembe também diferenciara sua concepção do que é a “verdade do sujeito” em relação à teoria normativa. Enquanto, para essa, a verdade é a razão, para Mbembe, a verdade é a morte e a vida. Desse modo, essa visão em relação à verdade permeará toda a obra.

O primeiro dos autores que Mbembe citará nessa obra é o filósofo francês Michel Foucault. O conceito foucaultiano de biopoder, “*aquele domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle*”¹¹, se associa com as noções de soberania e estado de exceção. O livro explora como o estado de exceção, estabelecido pelo nazismo, produziu “campos de morte” que se apresentavam como “*metáfora central para a violência soberana e destrutiva*”, ou seja, eram a expressão da soberania, em forma de violência, do governo nazista. Os judeus assassinados foram reduzidos a simples corpos biológicos e o biopoder, nesse caso, foi estabelecido para controle e morte dos judeus. Mbembe vai caracterizar o campo de concentração, a partir da síntese da obra de Giorgio Agamben, como local que “*adquire um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da lei*”. Como espaços destinados à morte, os campos de concentração e de morte nazistas arruinam, mais uma vez, o conceito tradicional da teoria do Estado, pois no paradigma tradicional, a soberania se expressa pela supremacia política e jurídica do Estado, em que a ideia de ambiente,

¹⁰FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

¹¹MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2020, p. 4. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 123-140, jun. 2021.

os campos de concentração, onde a lei nacional não é aplicada, de certa forma, degenera a teoria tradicional, que não consegue descrever a realidade de forma íntegra.

Mbembe avança na discussão em direção a outras formas de biopolítica. Mais adiante, o livro desenvolve uma comparação entre as teorias opostas de Hegel e Bataille. Hegel vê a morte como um ato voluntário, algo consciente, com riscos tomados voluntariamente. A vida, para Hegel, pressupõe a morte, que, para ele, não é limitante, não é o fim e está cheia de significações. Já Bataille defende a ideia de que a vida é um conjunto de espasmos, um confronto com a morte. A morte, aqui, é vista como um desperdício, um excesso, algo sem significação. Esse último autor define a soberania como a violação de proibições, o que inclui a sexualidade, a higiene corpórea e a morte. A soberania, assim, demanda o risco de morte. Mbembe vai além e define que os limites da soberania de um Estado é o direito de matar, ou seja, o exercício da soberania não provoca o risco de morte, como define Bataille, mas sim, em última instância, a soberania também se expressa através da morte.

Achille Mbembe colocará a necropolítica, esse poder de matar, dentro do domínio do biopoder. Esse biopoder, através do racismo, realiza uma divisão da sociedade entre os grupos que devem ou não morrer. O racismo surge como uma racionalidade própria do biopoder muito usada nas políticas Ocidentais. Segundo Mbembe, para Hannah Arendt, o racismo é uma tecnologia que permite o exercício do biopoder, um mecanismo para permitir a execução da política assassina do Estado, a necropolítica. A morte, expressa por meio da necropolítica, faz parte dessa soberania estatal e, de certa forma, justifica-se pelo interesse de garantir a vida para outra pessoa, a morte é justificada pela suposta garantia da vida de outro.

A colonização do século XVI estabeleceu um “*potencial de violência até então desconhecido*”.¹² A escravidão negra é uma das primeiras formas de biopoder baseada no racismo. Não é possível compreender o terror moderno proporcionado pela necropolítica sem apoiar-se, mais profundamente, sobre o sistema escravista. De primeira, os africanos foram tirados de sua terra, perderam seus direitos, foram alienados de nascença e sofreram a morte social. Foram estereotipados e desumanizados, tornados animais como forma de virarem mercadorias e serem mortos fisicamente de modo industrial, sem qualquer comoção. Segundo Achille Mbembe, para Morss, havia, no sistema escravista, uma contradição entre a liberdade de propriedade e de pessoa baseada na coexistência da livre propriedade do escravista e da ausência de liberdade pessoal para o escravizado.

¹²Ibidem.

Mais adiante, no Apartheid sul-africano, no século XX, o terror se desenvolveu de forma singular: houve um nexo entre biopoder, estado de exceção e de sítio. O sistema estabeleceu uma fragmentação urbana com limites de circulação e controle sobre os corpos. O Estado surge com a “*promessa de ‘civilizar’ os modos de matar e racionalizar os objetivos de matar*”. No entanto, na mão do Estado, a morte se legitima. Legitimado, o massacre, ou seja, a morte generalizada se banaliza, naturaliza-se. A necropolítica se baseia nessa generalização e banalização da morte realizada pelo Estado soberano (com poder de matar).

Achille Mbembe ainda vai explorar a necropolítica aplicada na realidade contemporânea. O exemplo proposto é a condição vivida pelos palestinos após a formação do Estado de Israel. A situação na Palestina é de um “urbanismo estilhaçado”¹³, com proliferação de violência e com destruição de infraestrutura. O Estado israelense utiliza de suas “máquinas de matar” para causar verdadeira destruição como forma de garantir o seu controle na região. A morte aqui novamente é estabelecida como controle sobre os corpos, nesse caso, palestinos.

A situação do conflito árabe-israelense evidencia mais uma inconformidade da teoria do Estado com a realidade. Se levarmos em consideração o conceito de território como “a base física de um Estado, [...] âmbito físico de seu (do Estado) poder soberano, o local em que seu povo está fixado e se exerce o governo”¹⁴ e, levando em consideração a necessidade de reconhecimento internacional do controle desse território, a teoria tradicional não dá conta da realidade. O território israelense que, na teoria, deveria estabelecer os limites de sua soberania, não o faz. O governo israelense promove, como expressão de sua soberania, uma necropolítica na região oriental de Jerusalém, destinada aos palestinos, porém reivindicada pelos judeus, o que representa uma extrapolação da soberania israelense, que segundo o paradigma tradicional deveria se limitar ao seu território, às áreas pertencentes aos palestinos. Outro exemplo de extrapolação da soberania é o caso americano.

Mais adiante na obra, Achille Mbembe explora outros aspectos desse terror causado pela necropolítica. O filósofo aponta como o saque de recursos naturais, muitas vezes, é realizado de forma violenta, provocando o deslocamento de grupos para áreas além das fronteiras do Estado. Além disso, ele indica como a posse e porte de armas por alguns grupos de pessoas provocam o aprofundamento da distinção social.

¹³Ibidem, p. 21.

¹⁴RANIERI, Nina. *Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito*. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2013. p. 115.
Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 123-140, jun. 2021.

Já para o fim da obra, ele explicita como o “*colapso das instituições formais sob a pressão da violência tende à formação de economias de milícia*”.¹⁵ Com isso, grupos que representam o Estado vão conflitar contra grupos paramilitares, causando a morte de populações civis desarmadas. O objetivo, nesses casos, torna-se garantir a própria sobrevivência, o que pode incluir ter que promover a morte do outro, ou seja, a sobrevivência de um, necessariamente, exige a morte do outro. Essa estrutura das economias de milícia evidencia, mais uma vez, a degenerescência da Teoria do Estado. Se todos os Estados são soberanos dentro de seus territórios e essa soberania se caracteriza pela supremacia política e jurídica do Estado, esse paradigma não condiz com a realidade, afinal nos locais onde há a implantação de economias de milícia, não é mais o Estado que controla aquelas regiões. A ordem jurídica e política do Estado dá lugar a outras formas locais de controle e regulação.

Por fim, Achille Mbembe vai falar sobre o caso dos “homens-bomba”. Segundo o autor, esses indivíduos ocupam, em sua missão final, espaços cotidianos, como forma de atingir o maior número de pessoas possíveis. O seu corpo se torna a própria arma e sua morte garante um caráter de mártir. Muito próximo de suas vítimas, o “homem-bomba” promove uma “guerra corpo a corpo”.

A obra ainda vai explorar diferentes visões filosóficas sobre a morte. Segundo Mbembe, para Heidegger, a morte é condição para a liberdade humana, sendo livre para viver apenas aquele que é livre para morrer. Já para Bataille, de acordo com Mbembe, a morte é o aspecto animalesco e selvagem do ser humano. Para ele, é essencial estar ciente da morte, ainda em vida, para viver a sensação de estar morrendo.

2 NECROPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA OU CONTEMPORANEIDADE NECROPOLÍTICA?

As situações descritas na obra “Necropolítica” se adequam tão bem à realidade atual, que a presente questão se coloca: há uma necropolítica contemporânea ou é a contemporaneidade, em sua integridade, que tem se apresentado como necropolítica? A política de matar é uma parte da realidade hodierna ou é sua essência? Segundo a pesquisadora de necropolíticas de fronteira da UFRJ, Mariana Castro, “*esse poder de morte, esse necropoder, é um elemento estrutural no capitalismo neoliberal de hoje, atuando por meio de práticas e*

¹⁵MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

tecnologias de gerenciamento de morte de certos grupos e populações.”¹⁶ Essa ideia, aliada a todas situações necropolíticas que ocorrem no presente momento, evidencia a essencialidade da política de matar no capitalismo contemporâneo.

Uma das situações mais evidentes dessa associação, baseada na essencialidade da necropolítica no capitalismo neoliberal, é a guerra na Síria. Mesmo que, em 2019, os Estados Unidos tenham retirado do norte do país a maior parte dos soldados, 500 ainda se mantiveram na região para proteger instalações petrolíferas.¹⁷ Essa situação confirma que um dos principais interesses americanos de ter participado da guerra que assola a Síria é o acesso à *commodity* mais importante do capitalismo: o petróleo. Portanto, os Estados Unidos, o país mais influente atualmente na conjuntura geopolítica, ingressaram na guerra (“*tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar*”¹⁸), promovendo seu direito necropolítico, a fim de concretizar seus interesses econômicos. Desse modo, o caso citado reafirma essa visão do aspecto essencial da necropolítica no capitalismo neoliberal, já que essa política de matar se torna ferramenta para concretização de interesses econômicos.

Analogicamente à realidade israelense, a situação americana na Síria também contribui para a degenerescência da Teoria Geral do Estado: a necropolítica, expressão da soberania americana, vai além do seu território e afeta países do mundo todo. A supremacia americana extrapola seus limites territoriais. Mas, assim como já citado, o conflito árabe-israelense também é uma situação prática da necropolítica, afinal o governo israelense produz a morte como forma de controle sobre o povo palestino.

Outro aspecto necropolítico, citado por Mbembe, que está presente na realidade, é a violência na obtenção de recursos naturais que promove êxodo. Desde o golpe de Estado iraniano de 1953 organizado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, passando pela Guerra do Golfo e Invasão ao Iraque, em 2002, até a Guerra na Síria, todos esses conflitos são consequência do interesse estrangeiro pelo petróleo nessas áreas.¹⁹ A guerra, forma de exercer a política de matar, foi empregada, em todos esses casos, como forma de ter acesso a esse

¹⁶CASTRO, Mariana. Entrevista ao Educação e Território. *Educação e Território*, 2021. Disponível em: <<https://educacaoeterritorio.org.br/glossario/necropolitica/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

¹⁷AL-ASSAD acusa EUA de roubarem petróleo da Síria; afinal, quem se beneficia da produção no país?. *GI*, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/22/al-assad-acusa-eua-de-roubarem-petroleo-da-siria-afinal-quem-se-beneficia-da-producao-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

¹⁸MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

¹⁹OS CONFLITOS alimentados pela disputa por petróleo no mundo. *BBC News Brasil*, 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151203_conflitos_mundiais_petroleo_lgb_gch>. Acesso em: 01 jul. 2021..

Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 123-140, jun. 2021.

recurso natural. O êxodo como consequência também ocorreu: durante a guerra na Síria, aproximadamente, 6,6 milhões de sírios abandonaram o país para fugir da guerra.²⁰

Assim como a guerra, que é descrita por Mbembe como um meio de exercer o direito de matar, os embargos e os bloqueios econômicos são uma forma de exercer a necropolítica. Os bloqueios econômicos dos Estados Unidos a outros países são em muitos casos, o motivo das crises econômicas que os assola. Durante a pandemia do novo Coronavírus, por exemplo, especialistas das Nações Unidas defenderam o fim do embargo à Cuba para garantir acesso do país a insumos necessários para o combate ao vírus. O embaixador cubano na ONU chegou a comparar o embargo ao vírus, dizendo que ambos matam.²¹

No entanto, não é apenas em Cuba que os embargos provocam crises econômicas e, consequentemente, humanitárias. Segundo dados do próprio ministério de relações exteriores da Venezuela, o país teve suas importações e exportações afetadas, enfraquecendo o principal meio de obtenção de receita do país, que é a exportação de petróleo, e o principal meio de obtenção de insumos, 85%, pela importação.²² Assim, os embargos econômicos promovidos pelos Estados Unidos, como expressão de sua soberania em todo espaço geopolítico mundial, afetam a economia desses países, promovendo uma crise humanitária e a morte de grupos mais vulneráveis internos. Nesse caso, o grupo escolhido para morrer é a população de países periféricos nacionalistas com sistemas econômicos diferentes do capitalismo neoliberal, com políticas econômicas desfavoráveis aos interesses americanos. A política do bloqueio, desse modo, também se torna um meio de promover a política de matar.

O racismo também é uma ferramenta de promover a política da morte. Assim como já citado, para Mbembe, a escravidão é uma das primeiras formas de biopoder baseada no racismo: os povos africanos foram desumanizados e inferiorizados como forma de justificar sua escravização. Foram trazidos para as Américas, principalmente para a colônia portuguesa, para trabalharem nas *plantations* de cana-de-açúcar. Nos Estados Unidos, por cerca de 100 anos, os negros não tiveram os mesmos direitos que os brancos. Foi apenas com o movimento pelos direitos civis que foi estabelecida a igualdade jurídica. No entanto, a violência e a morte dos negros, ou seja, a política de matar, manteve-se. Os negros são hostilizados pelas polícias e

²⁰AGÊNCIA da ONU para Refugiados. ACNUR, 2021. Disponível em: < <https://www.acnur.org/portugues/siria/>>. Acesso em: 01 jul. 2021..

²¹FRANCE PRESSE. ONU condena embargo dos EUA a Cuba pela 29ª vez; Brasil muda de posição e se abstém. G1, 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/23/onu-condena-embargo-dos-eua-a-cuba-pela-29a-vez-brasil-muda-de-posicao-e-nao-vota.ghtml>>, acesso 09 nov. 2021.

²²RODRIGUES, Fania. Como o bloqueio imposto pelos Estados Unidos afeta a vida dos venezuelanos. *Brasil de Fato*, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/03/como-o-bloqueio-dos-estados-unidos-afeta-a-vida-dos-venezuelanos>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

mortos em consequência do racismo estrutural. Foi emblemático o caso do norte-americano afrodescendente George Floyd que foi asfixiado por um policial que comprimiu seu pescoço com os joelhos. O assassinato teve consequências nacionais e internacionais, provocando o surgimento do “*Black Lives Matter*”²³. O movimento promoveu protestos por todo o país e sua reivindicação era o fim da hostilização e morte de pessoas negras nos Estados Unidos.

No Brasil, a necropolítica também se assentou no racismo. No entanto, para entender melhor essa política, é preciso desenvolver melhor, mesmo que de forma sintética, o conceito de racismo. Para o jurista Silvio Almeida, o racismo é “*um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida.*”²⁴ Diferentemente do que defendeu Gilberto Freyre em sua obra “*Casa Grande e Senzala*”, a escravização não foi pacífica e baseada na relação harmônica entre os grupos étnico-raciais.²⁵ Negros foram submetidos a trabalhos forçados, castigados fisicamente e, tanto em consequência dos trabalhos e castigos como em casos de insubordinação, muitos foram mortos ou não alcançaram elevadas faixas etárias. Assim, a inferiorização dos negros justificava tanto sua escravização como sua morte. No entanto, embora a escravidão tenha sido “extinta”, oficialmente em 1888, após anos de luta abolicionista, o racismo, a segregação e a necropolítica ainda se mantêm.

Uma das principais formas de necropolítica, a mais evidente, é o caso das mortes de pessoas negras pela ação policial: negros constituem 70% dos mortos em operações policiais.²⁶ Assim como já citado, segundo Mbembe, para Hannah Arendt, há uma relação estreita entre a política de raça e a da morte, na qual o racismo é a tecnologia usada para separar os grupos sociais, a partir do biopoder, e permitir a expressão da soberania de matar.²⁷ E é isso que ocorre no Brasil: o racismo estrutural promove a segregação, favelização dos negros e torna corpos negros alvos das balas dos agentes de segurança pública do Estado. O racismo seleciona quem pode morrer e o Estado mata.

O principal centro desse massacre institucionalizado é a “cidade maravilhosa” ou, mais especificamente, a região metropolitana do Rio de Janeiro. Aproximadamente 100 crianças já

²³CASO GEORGE FLOYD: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. G1, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

²⁴ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Feminismos Plurais, 2020.

²⁵FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2003.

²⁶INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência 2020*. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

²⁷MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2020. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 123-140, jun. 2021.

morreram nos últimos cinco anos por balas da polícia. Um dos casos mais famosos foi o do menino João Pedro, morto no dia 18 de maio de 2020, em sua casa no complexo de favelas do Salgueiro, em São Gonçalo, durante uma operação policial²⁸, Ssob a justificativa de ser uma “bala-perdida”. Em meio à guerra às drogas, a morte de pessoas negras na periferia do Rio de Janeiro se naturalizou. O último caso noticiado foi o da jovem grávida de 24 anos, Kathlen Romeu atingida por “bala-perdida” durante operação policial. Essas operações infrutíferas, afinal os grandes traficantes não moram nas favelas²⁹, justificadas pelo combate ao tráfico e venda de drogas, é uma das formas do Estado expressar sua política de matar.

O Estado não mata a população negra apenas por meio de fogo armado, a necropolítica também se expressa de forma indireta. Ele também a faz por negligência proposital, que provoca a morte dessa população. Um desses casos é a precarização do serviço prestado pelo Sistema Único de Saúde: segundo IPEA, o governo passou de 595 reais como piso per capita da saúde pública, em 2014, para 555 reais, em 2020, ou seja, o piso per capita do investimento do governo do Brasil em saúde caiu 40 reais em 6 anos.³⁰ Levando em consideração que, embora a população preta e parda (IBGE) represente aproximadamente 56,2% do total da população do Brasil³¹, Esse grupo é 67% dos usuários do SUS.³² Portanto, o que seria essa precarização do sistema de saúde, senão uma expressão da necropolítica? Por sua vez, essa política tem consequências visíveis: pretos e pardos viviam, em 2017, 2,92 anos a menos que os brancos.³³

Por outro lado, durante a pandemia causada pelo novo Coronavírus (SARS-COV 2), causador da doença Covid-19, a política da morte desempenhada pelo Estado se tornou ainda mais evidente. Segundo dados apresentados pelo próprio Ministério da Saúde, que só passou a registrar a etnia do falecido mais de um mês após o primeiro caso no país, um em cada três

²⁸FRANCO, Luiza. Caso João Pedro: quatro crianças foram mortas em operações policiais no Rio no ultimo ano. *BBC News*, 2020. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52731882>>, acesso em 09 nov. 2021.

²⁹GLENNY, Misha. Os grandes traficantes brasileiros não moram nas favelas. *El País*, 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/24/politica/1466791253_323836.html>. Acesso em: 01 jul. 2021.

³⁰SOUZA, Marina Duarte de. Orçamento da Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por conta da Emenda do Teto de Gastos. *Brasil de Fato*, 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/21/orcamento-da-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-conta-da-emenda-do-teto-de-gastos>>, acesso 09 nov. 2021.

³¹INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2019*. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

³²GRUPO de Trabalho de Saúde da População Negra. GT de saúde da população negra: manifestação sobre ausência de dados da covid-19 desagregados por raça-cor. *Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 2020. Disponível em: <<https://www.sbmfc.org.br/noticias/gt-de-saude-da-populacao-negra-manifestacao-sobre-ausencia-de-dados-da-covid-19-desagregados-por-raca-cor/>>. Acesso em: 01 jul. 2021..

³³INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2019*. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021..

hospitalizados pretos com Covid-19 vinham a falecer, enquanto um a cada 4,4 no caso de hospitalizados brancos.

Mas, onde se expressaria a soberania de matar do Estado nesse caso? Todos os erros tomados pelo governo brasileiro na gestão da pandemia que, de alguma forma, contribuíram para um maior número de mortos são uma expressão da necropolítica, afinal a população preta é a mais dependente do sistema público e a mais atingida pela doença.

O Sistema Único de Saúde nasceu com a Constituição Federal de 1988. Em consonância com o caráter cidadão da carta, esse sistema de saúde veio com o objetivo de garantir o acesso à saúde como um direito universal. A saúde, segundo os constituintes, é um direito de todos e um dever do Estado, promovendo a democratização da saúde sem preconceito de origem, raça, sexo, cor ou idade. No entanto, o que ocorre na prática é outra coisa: o acesso das populações negras é mais limitado.

O Sistema Único de Saúde, embora atenda a maior parte da população, possui apenas 44% das UTI's³⁴, ou seja, a infraestrutura necessária para atender pacientes graves de doença é precária e contribui para uma maior mortalidade. Além disso, o governo federal em nenhum momento estabeleceu *lockdown*, medida que ajudou países do mundo todo a controlar a disseminação da doença. Outro erro do governo que também promoveu um maior número de mortos foi o atraso e depreciação do auxílio emergencial: após 9 meses de auxílio de R\$ 600,00 a R\$ 1.200,00, o país teve, nos primeiros 3 meses de 2021, uma paralisação do auxílio e, mesmo quando foi retomado em abril de 2021, o valor caiu para uma média de R\$ 250,00 mensais. Esse hiato e depreciação do auxílio afetou diretamente o consumo da população, principalmente, a população negra, já que 73% desse grupo tiveram redução de renda durante a pandemia, índice que cai para 60% entre pessoas brancas.³⁵ Por fim, é importante apontar o mais recente caso da má gestão do governo na pandemia: o atraso na compra de vacinas. Segundo depoimento do presidente da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo, à CPI da Covid-19, o governo ignorou inúmeros e-mails e ofertas de vacinas da farmacêutica, o que atrasou o início da vacinação do final de 2020 para 2021.³⁶ Mais uma vez, a má gestão, seja por

³⁴MAIS PROCURADO, SUS tem apenas 44% dos leitos de UTI do país. *Exame*, 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/mais-procurado-sus-tem-apenas-44-dos-leitos-de-uti-do-pais/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

³⁵LOCOMOTIVA: pesquisa e estratégia. Mais de 70% dos negros enfrentam a pandemia sem reservas financeiras. *Agência Brasil*, 2020. Disponível em: <<https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/2020/06/18/ag%C3%A2ncia-brasil-mais-de-70-dos-negros-enfrentam-a-pandemia-sem-reservas-financeiras>>. Acesso em 01 jul. 2021.

³⁶DIRETOR DA PFIZER escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas. *El País*, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 123-140, jun. 2021.

incompetência ou propositalmente, o país foi na contramão em relação ao combate à doença, o que causou, segundo estudos, aproximadamente 95 mil mortos a mais.³⁷

Mas, por que citar todos esses casos de negligência e má gestão do governo durante a pandemia? A crise sanitária atual é a mais recente e mais mortal expressão de necropolítica: o Estado, por meio do baixo investimento na saúde pública, sem medidas para conter a doença, sem auxílio às famílias mais atingidas e sem priorizar a compra de vacina, promove a morte da população em geral, mas principalmente da população negra. O racismo estrutural assim divide a população em grupos que podem ou não morrer e a pandemia, com a ausência da intervenção do governo, executa o poder de matar do Estado. Aqui, nesse caso, o Estado mata por sua má gestão ou sua inação, exercendo o poder de estabelecer quem não precisa ser salvo; quem pode morrer. O “capitalismo tupiniquim”, como denomina Paulo Memória, nessa perspectiva, parece enterrar a política keynesiana em favor de um neoliberalismo, a partir de uma política de privatização e destruição do Estado de bem-estar social, que, por sua vez, encontrou na pandemia uma forma de dizimar um grande contingente de pessoas negras; uma forma de exercer a política da morte.³⁸ Parece ser, como evidencia o juiz Francisco Luciano, o momento perfeito para o sistema capitalista descartar esses “corpos-mercadorias”³⁹ que já não possuem qualquer utilidade, jogar fora os que são indesejáveis ao sistema.⁴⁰

Mas qual seria a alternativa para o fim da necropolítica? Se para Mbembe, essa política é intrínseca ao sistema capitalista neoliberal, o seu fim não exigiria necessariamente o fim do próprio sistema? Haveria o fim dessa política da morte apenas com o fim do neoliberalismo ou faz parte da soberania de todo Estado capitalista a supressão da vida de certos grupos sociais? Mbembe não parece ver, no sistema socialista a saída de um Estado sanguinário: para ele, o projeto marxista, assim como aponta Stephen Lown, propõe uma revolução violenta, com a extinção do caráter mercantil das relações sociais através da força.⁴¹ Mbembe ainda acusa Marx de buscar, em seu projeto, uma erradicação da pluralidade da condição humana e uma luta até a morte em favor do sistema. A crítica de Mbembe é dirigida, como aponta Gabriel Miranda, autor de “*Necrocapitalismo: um ensaio sobre como nos matam*”, à política neoliberal. Para

³⁷MAGENTA, Matheus. Vacinas teriam salvado 95 mil vidas se governo Bolsonaro não tivesse ignorado ofertas, calcula pesquisador. *BBC News Brasil*, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57286762>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

³⁸MEMÓRIA, Paulo. Necrocapitalismo e Pandemia. Maceió. *Gazeta de Alagoas*, 2021. Disponível em: <<https://d.gazetadealagoas.com.br/opiniaio/299519/necrocapitalismo-e-pandemia>>. Acesso em: 20 set. 2021.

³⁹MIRANDA, Gabriel. *Necrocapitalismo: ensaio sobre como nos matam*. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

⁴⁰FROTA, Francisco. A pandemia, o trabalho e a política da morte. *Anamatra*, 2021. Disponível em: <<https://www.anamatra.org.br/artigos/30985-a-pandemia-o-trabalho-e-a-politica-da-morte>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

⁴¹MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

Mbembe, essa seria a verdadeira causadora da política da morte.⁴² Miranda julga que a crítica de Mbembe, ao sistema capitalista é extremamente limitada: herança de Hannah Arendt. Para o ensaísta, a manifestação sanguinária do Estado não está limitada ao neoliberalismo, como parece afirmar Mbembe. Não há, no modo de produção capitalista, uma política econômica que não haja a manifestação da necropolítica. Miranda sustenta que essa aversão de Achille Mbembe à revolução marxista, por seu caráter violento, mostra seu esquecimento em relação à violência presente nas relações desiguais entre burguesia e proletariado. Assim, embora Mbembe não aponte que para o fim da necropolítica é necessário o fim do Estado capitalista, a partir de sua conceituação, baseada na relação intrínseca entre Estado e política da morte (essa como expressão máxima da soberania estatal), o seu fim, assim como aponta Gabriel Miranda, parece ser a única forma de pôr fim também ao “necrocapitalismo”.⁴³

CONCLUSÃO

A necropolítica é, portanto, a máxima expressão da soberania do Estado, é o poder estatal de estabelecer quem pode ou não morrer. Essa separação do corpo social nesses dois grupos é um modo de biopoder, ou seja, uma forma do poder estatal que age sobre o corpo humano. A política da raça (étnica) é tecnologia para a realização dessa separação que permite a expressão do poder de matar.

Essa supremacia de promover a morte que o Estado detém, como evidenciado durante o trabalho, reafirma a degenerescência da Teoria do Estado: a soberania, expressa através da necropolítica, diferente do que prega o paradigma tradicional, extrapola as fronteiras nacionais e alcança países de outros continentes por meio da guerra.

O Brasil é também terreno para o desenvolvimento da necropolítica. O racismo, que permanece mesmo após a abolição da escravidão, torna-se, no Estado contemporâneo brasileiro, a ferramenta de biopoder que determina qual grupo pode ou não morrer. Com essa divisão, o Estado vai promover a morte, seja por meio dos agentes de segurança pública, sob a justificativa de guerra às drogas, seja por meio da inação ou não intervenção proposital durante a maior crise sanitária da história nacional.

Se a população negra é, em consequência dos mais de 300 anos de escravidão, de um processo abolicionista sem a devida inclusão social e do racismo estrutural e institucional que

⁴²MIRANDA, Gabriel. *Necrocapitalismo*: ensaio sobre como nos matam. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

⁴³Ibidem.
Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 123-140, jun. 2021.

a coloca na condição de pobreza extrema e vulnerabilidade, a que mais depende dos serviços públicos de saúde e dos auxílios governamentais em meio a essa crise sanitária e consequente isolamento obrigatório, no momento em que o governo federal, com uma política neoliberal, limita o orçamento do sistema de saúde e do auxílio emergencial, ele, portanto, promove a política da morte: essa população desassistida é deixada para morrer. A pandemia se torna a técnica do Estado desenvolver a necropolítica como parte da sua soberania.

Por fim, embora o conceito de necropolítica de Achille Mbembe caracterize com exatidão a política de Estado sofrida pela população negra brasileira, a crítica de Mbembe ao sistema capitalista gerador dessa política da morte é, como o ensaísta Gabriel Miranda aponta, limitada. O autor camaronês acusa o neoliberalismo de ser a política econômica causadora da política da morte, não, explicitamente, ampliando essa crítica a todo o sistema capitalista. Se, como também defende Mbembe, a necropolítica é parte da soberania do Estado, não há forma de governo capitalista que não haja a manifestação dessa política sanguinária: toda forma de capitalismo exerce, necessariamente, seu direito necropolítico.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA da ONU para Refugiados. *ACNUR*, 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/siria/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

AL-ASSAD acusa EUA de roubarem petróleo da Síria; afinal, quem se beneficia da produção no país?. *G1*, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/22/al-assad-acusa-eua-de-roubarem-petroleo-da-siria-afinal-quem-se-beneficia-da-producao-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Feminismos Plurais, 2020.

BRIDI, Sônia. 500 mil mortos por Covid: de cada 425 brasileiros, um foi levado pela pandemia. *G1*, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/06/20/500-mil-mortos-por-covid-de-cada-425-brasileiros-um-foi-levado-pela-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CASO GEORGE FLOYD: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. *G1*, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

CASTRO, Mariana. Entrevista ao Educação e Território. *Educação e Território*, 2021. Disponível em: <<https://educacaoeterritorio.org.br/glossario/necropolitica/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

DIRETOR DA PFIZER escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas. *El País*, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANCE PRESSE. ONU condena embargo dos EUA a Cuba pela 29ª vez; Brasil muda de posição e se abstém. *GI*, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/06/23/onu-condena-embargo-dos-eua-a-cuba-pela-29a-vez-brasil-muda-de-posicao-e-nao-vota.ghtml>>, acesso 09 nov. 2021.

FRANCO, Luiza. Caso João Pedro: quatro crianças foram mortas em operações policiais no Rio no ultimo ano. *BBC News*, 2020. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-52731882>>, acesso em 09 nov. 2021.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2003.

FROTA, Francisco. A pandemia, o trabalho e a política da morte. *Anamatra*, 2021. Disponível em: <<https://www.anamatra.org.br/artigos/30985-a-pandemia-o-trabalho-e-a-politica-da-morte>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

GLENNY, Misha. Os grandes traficantes brasileiros não moram nas favelas. *El País*, 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/24/politica/1466791253_323836.html>. Acesso em: 01 jul. 2021.

GRUPO de Trabalho de Saúde da População Negra. GT de saúde da população negra: manifestação sobre ausência de dados da covid-19 desagregados por raça-cor. *Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 2020. Disponível em: <<https://www.sbmfc.org.br/noticias/gt-de-saude-da-populacao-negra-manifestacao-sobre-ausencia-de-dados-da-covid-19-desagregados-por-raca-cor/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2019*. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência 2020*. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

LOCOMOTIVA: pesquisa e estratégia. Mais de 70% dos negros enfrentam a pandemia sem reservas financeiras. *Agência Brasil*, 2020. Disponível em: <<https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/2020/06/18/ag%C3%Aancia-brasil-mais-de-70-dos-negros-enfrentam-a-pandemia-sem-reservas-financeiras>>. Acesso em 01 jul. 2021.

MAGENTA, Matheus. Vacinas teriam salvado 95 mil vidas se governo Bolsonaro não tivesse ignorado ofertas, calcula pesquisador. *BBC News Brasil*, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57286762>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MAIS PROCURADO, SUS tem apenas 44% dos leitos de UTI do país. *Exame*, 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/mais-procurado-sus-tem-apenas-44-dos-leitos-de-uti-do-pais/>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MEMÓRIA, Paulo. Necrocapitalismo e Pandemia. Maceió. *Gazeta de Alagoas*, 2021. Disponível em: <<https://d.gazetadealagoas.com.br/opiniaio/299519/necrocapitalismo-e-pandemia>>. Acesso em: 20 set. 2021.

MIRANDA, Gabriel. *Necrocapitalismo: ensaio sobre como nos matam*. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

OS CONFLITOS alimentados pela disputa por petróleo no mundo. *BBC News Brasil*, 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151203_conflitos_mundiais_petroleo_lgb_gch>. Acesso em: 01 jul. 2021.

RANIERI, Nina. *Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito*. São Paulo: Editora Manole, 2013.

RITCHIE, Hannah et al. *Coronavirus (COVID-19) Deaths*. Our World in Data, 2021. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/covid-deaths>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

RODRIGUES, Fania. Como o bloqueio imposto pelos Estados Unidos afeta a vida dos venezuelanos. *Brasil de Fato*, 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/07/03/como-o-bloqueio-dos-estados-unidos-afeta-a-vida-dos-venezuelanos>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SOUZA, Marina Duarte de. Orçamento da Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por conta da Emenda do Teto de Gastos. *Brasil de Fato*, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/21/orcamento-da-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-conta-da-emenda-do-teto-de-gastos>>, acesso 09 nov. 2021.

TOJAL, Sebastião. *Teoria Geral do Estado: elementos de uma nova ciência social*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

